



Poder Judiciário  
Justiça do Trabalho  
Tribunal Regional da 5ª Região  
Gabinete da Presidência

#### ATO GP N. 116, DE 1º DE MARÇO DE 2024

Revoga os Atos GP n. 242, de 26 novembro de 2004, n. 141, de 29 de março de 2012, n. 271, de 5 de junho de 2012, n. 187, de 21 de março de 2013, n. 329, de 27 de junho de 2013, n. 414, de 4 de setembro de 2013, n. 519, de 11 de novembro de 2013, n. 575, de 16 de dezembro de 2013, n. 5, de 9 de janeiro de 2014, n. 105, de 7 de março de 2014, n. 376, de 15 de agosto de 2014, n. 539, de 17 de novembro de 2014, n. 568, de 9 de dezembro de 2014, n. 584, de 17 de dezembro de 2014, n. 451, de 9 de setembro de 2015, n. 386, de 22 de julho de 2015, n. 65, de 10 de março de 2017, n. 227, de 10 de julho de 2017, n. 298, de 14 de setembro de 2017, n. 454, de 5 de dezembro de 2017, n. 47, de 7 de março de 2018, n. 260, de 16 de setembro de 2019, n. 12, de 13 de janeiro de 2020, n. 173, de 19 de junho de 2020, n. 207, de 23 de setembro de 2021, n. 195, de 15 de setembro de 2021, n. 560, de 14 de setembro de 2023; e as Portarias GP n. 26, de 5 de janeiro de 2009, e n. 572, de 16 de maio de 2022.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Instrução Normativa n. 6, de 20 de outubro de 2022, que regulamenta a Política de Governança dos Colegiados Temáticos, instituída pela Resolução n. 325, de 11 de fevereiro de 2022, no Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região;

CONSIDERANDO a perda do objeto das normas indicadas para revogação;

CONSIDERANDO a necessidade de executar, de forma articulada, a gestão da divulgação dos atos normativos do TRT da 5ª Região;

CONSIDERANDO o PROAD n. 2254/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam revogados os Atos GP n. 242, de 26 novembro de 2004, n. 141, de 29 de março de 2012, n. 271, de 5 de junho de 2012, n. 187, de 21 de março de 2013, n. 329, de 27 de junho de 2013, n. 414, de 4 de setembro de 2013, n. 519, de 11 de novembro de 2013, n. 575, de 16 de dezembro de 2013, n. 5, de 9 de janeiro de 2014, n. 105, de 7 de março de 2014, n. 376, de 15 de

Fl. 2 Ato GP n. 116, de 2024

agosto de 2014, n. 539, de 17 de novembro de 2014, n. 568, de 9 de dezembro de 2014, n. 584, de 17 de dezembro de 2014, n. 451, de 9 de setembro de 2015, n. 386, de 22 de julho de 2015, n. 65, de 10 de março de 2017, n. 227, de 10 de julho de 2017, n. 298, de 14 de setembro de 2017, n. 454, de 5 de dezembro de 2017, n. 47, de 7 de março de 2018, n. 260, de 16 de setembro de 2019, n. 12, de 13 de janeiro de 2020, n. 173, de 19 de junho de 2020, n. 207, de 23 de setembro de 2021, n. 195, de 15 de setembro de 2021, n. 560, de 14 de setembro de 2023; e as Portarias GP n. 26, de 5 de janeiro de 2009, e n. 572, de 16 de maio de 2022.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JÉFERSON MURICY  
Desembargador Presidente

*Disponibilizado no DEJT/TRT5-BA, Caderno Administrativo, em 1º.03.2024, página 2, com publicação prevista para o 1º dia útil subsequente, nos termos da Lei 11.419/2006 e RA TRT5 33/2007.*

*Thelma Fernandes – Analista Judiciário  
Núcleo de Preservação da Memória Institucional -  
NUPEME*